



5ª Região

TRF

hoje

2011
26 Janeiro
QUARTA

Edição nº 1625

www.trf5.jus.br
comunicacaosocial@trf5.jus.br

Dia da fundação do
Colégio Jesuíta de
São Paulo

Fotos: Juliana Galvão e Marcos Costa

Jornal Mural Diário Produzido pela
Divisão de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Aniversariantes

Severino Elias de Santana
Soservi/Limpeza

André Luiz Viana Rodrigues
Divisão da 3ª Turma

Silvânia Almeida Marinho Sales
Gab. do Des. José Maria Lucena

Dílson Felipe de Oliveira Luna
Subsecretaria de Precatório

Luciana Albuquerque de Barros Nunes
Secretaria Judiciária (Distribuição)

Isabelly de Oliveira Campos Ferreira
Subsecretaria de Pessoal

Renato Ramos Magalhães
Seção de Jurisprudência

Daniele de Lucena Zanforlin
Gab. Des. Paulo Gadelha

Futuro presidente do TRT6 visita Luiz Alberto Gurgel

O presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, recebeu, ontem, no seu gabinete, o futuro presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, desembargador André Genn de Assunção Barros. O visitante entregou ao presidente desta Corte convite para a sua posse que acontecerá, às 17h do dia 4 de fevereiro, em solenidade na Oficina Brennand, na Várzea. Também serão empossados como integrantes da nova mesa diretora do TRT6 as desem-

bargadoras Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel (vice-presidente) e Gisane Barbosa de Araújo (corregedora). A posse dos novos dirigentes do TRT6, que terão mandato durante o biênio 2011/2013 será presidida pela desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, que deixa a presidência.



Adicional de Qualificação é mantido

O Adicional de Qualificação (AQ), instituído pela Lei 11.416/2006, aos servidores públicos do Poder Judiciário, será concedido na Justiça Federal quando as ações de treinamento e cursos de pós-graduação (em sentido amplo ou estrito) forem feitos em áreas de interesse dos órgãos, observadas as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhadas pelo servidor no exercício do cargo efetivo em sua unidade de lotação ou no exercício do cargo em comissão/função comissionada. Foi o que decidiu o CJF em sessão realizada no fim do ano passado, com a publicação da Resolução 126.

Mantenha seu carro regulado

Calibre os pneus a cada 15 dias e faça uma revisão completa a cada seis meses, ou de acordo com a recomendação do fabricante. Carros regulados poluem menos. A manutenção correta de apenas 1% da frota de veículos mundial representa meia tonelada de gás carbônico a menos na atmosfera.

STJ perde o ministro Peçanha Martins

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se despediu, ontem, do ministro Francisco Peçanha Martins, ex-vice-presidente daquela Corte, o ministro faleceu segunda-feira (24), no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, em consequência de complicações de um câncer. O corpo foi velado, ontem, na Beneficência Portuguesa, de onde saiu às 11h, para o Cemitério Vila Alpina, onde foi cremado. Em sua passagem pelo STJ, o ministro defendeu, entre outras causas, os julga-



mentos em bloco como uma forma de agilizar o trâmite da justiça, como aconteceu com os julgamentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O ministro afirmava que não havia risco no caso de teses divergentes, porque os casos são verificados individualmente. Era mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, tendo exercido a função de conselheiro da OAB-BA e membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

STF dará decisão final sobre revisão do FGTS

O Supremo Tribunal Federal (STF) anunciou, segunda-feira (24), que vai unificar o entendimento sobre o direito à revisão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por conta das perdas provocadas pelos planos econômicos Verão (1989) e Collor 1 (1990). Com a decisão, os recursos sobre o assunto estão suspensos a partir de agora, e a decisão do Supremo valerá para os demais tribunais do país. Ainda não há data prevista para

o julgamento. De acordo com dados de setembro de 2010 da Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS, há 200 mil processos que pedem a revisão. Os processos que estão no Judiciário são de trabalhadores que não aceitaram o acordo do governo, oferecido até 2003, para pagar a correção do fundo. O Instituto FGTS Fácil afirma que, na época, cerca de 5 milhões optaram por continuar com uma ação na Justiça.